

TAMARUTEUA, ILHA DE PESCADORES DO LITORAL DO PARÁ

Tamaruteua compõe o colar de vilazinhas pesqueiras da costa atlântica do Pará. Situa-se na região do Nordeste Paraense, na porção litorânea do município de Marapanim cuja sede, a cidade homônima, dista 150 km de Belém por rodovia. Sua posição praiana lhe facilita uma vida econômica praticamente voltada para o mar. Conta com uma população de 340 indivíduos distribuídos por pouco mais de 60 casas. Seus habitantes dependem quase que exclusivamente da pesca artesanal feita em espinhel e rede, esta em menor escala, e de outras, como as de curral, anzol e tarrafa que praticam com menor frequência, pois seus produtos são menos significativos comercialmente. Convém esclarecer, ainda, que a maioria dos instrumentos de pesca é confeccionada pela próprio pescador (1).

Isolada fisicamente do continente, o acesso à cidade de Marapanim, sede municipal (2), se faz pelo rio Cajutuba, cujo percurso varia entre 1 hora e 40 minutos e 2 horas de viagem, com embarcação motorizada.

Um número constante de embarcações (motorizadas e a vela) aporta em Tamaruteua para a compra do peixe, o que atesta a grande produtividade desse centro pesqueiro (3). Como foi dito, o forte da pescaria nessa área gira em torno da pesca de espinhel, cujos praticantes se auto-definem como *pescadores-de-linha*. As pescarias são efetuadas na embocadura do rio Cajutuba, nas águas do Atlântico e ao largo das praias adjacentes: Sacaiteua, Grande, Anjo, Anjinho e Umiri. As equipes de trabalho são rotuladas de *tripulações*, cujo número e forma de recrutamento de seus integrantes obedecem aos padrões gerais do litoral paraense na costa de Marapanim. Compõe-se, cada equipe, de 3 pessoas (proeiro, meeiro e piloto), lideradas ou pelo proprietário dos instrumentos de produção (canoa, espinhel, remos), ou por um encarregado. Não obstante a composição das equipes levar em consideração a habilidade, o conhecimento e a responsabilidade do indivíduo, também as relações amistosas, de parentesco e de compadrio, valorizadas na área, são importantes no recrutamento dos componentes da tripulação. Estes, pelo trabalho realizado, fazem jus a quantidades de pescado que correspondem ao *quinhão-da-bóia* (quantidade imediatamente retirada do volume resultante da pescaria) e ao *quinhão-de-recompensa* (valor correspondente à quantidade de pescado retirada do volume da pescaria, após o acerto de contas entre o proprietário e o intermediário comprador... , obedecendo-se a posição ocupada por cada um na tripulação). O primeiro *quinhão* (o da bóia), convém frisar, não sofre desconto algum do *quinhão-de-recompensa*. A alocação do produto resultante das pescarias nos centros de mercado (Marapanim, Curuçá, Belém, região da rodovia Belém-Brasília) é feita através do sistema de intermediação representado pelos *compradores-marreteiros* que, na terminologia local, são conhecidos por *marreteiros de terra* e *marreteiros de lancha*, ou

seja, aqueles que, respectivamente, fazem suas transações comerciais em terra e os que vão diretamente comprar o peixe nos pontos em que os pescadores estão realizando suas pescarias. Em geral, estes intermediários se apresentam também como fornecedores de crédito aos produtores através do sistema de *aviamento* (bastante comum entre os segmentos rurais da Amazônia) de bens necessários à pesca, cujo pagamento será feito parceladamente com a produção do pescado. A maioria dos intermediários que operam em Tamaruteua não residem no local, mas afluem da sede municipal e também de Curuçá, município limítrofe.

Neste contexto geográfico e social realizamos uma pesquisa para descrever e analisar o sistema econômico dos pescadores locais, tendo em vista os objetivos do Projeto "Aspectos Econômicos e Sociais do 'campesinato' no Nordeste Paraense"(4).

Os dados da pesquisa acima referida já estão sendo interpretados num artigo em elaboração, no qual pretende-se articular a realidade observada com as considerações teóricas existentes sobre o problema do campesinato no Brasil, uma vez que os segmentos de pescadores têm sido pouco abordados sob essa perspectiva. Nesse sentido, foi bastante estimulante a concepção de Firth (5), já que este autor não restringe o conceito de "camponês" apenas aos segmentos de base agrícola, pois, segundo ele, não somente o critério ocupacional seria relevante na identificação do campesinato, mas, sobretudo, o critério relacional/estrutural. Assim sendo, produtores que não aqueles de base agrícola exclusiva podem ser igualmente encarados como camponeses, desde que partilhem da vida social e dos valores típicos dos cultivadores do solo. Um reforço dessa idéia encontramos em Amorim (6) em seu estudo sobre os índios Potiguaras que se apresentam em dois segmentos: agrícola e pesqueiro. Concordamos com sua afirmação, segundo a qual para se caracterizar um grupo como camponês é necessário definir-se o *como* e *para quem* produzem seus membros.

Estas observações, que vão ao encontro da proposição de Firth, orientam as tentativas de se alcançar a pretendida articulação. Por isso, foi necessária, logo de início, a identificação dos processos e das relações através das quais os componentes do segmento de pescadores de Tamaruteua produzem, repartem e consomem bens e serviços no seu cotidiano.

Foi em razão da natureza do relacionamento que os segmentos de pescadores mantêm com o sistema abrangente que se vislumbrou, desde o princípio, a possibilidade de se examinar a realidade de Tamaruteua à luz da noção de campesinato, porque nela reponta, entre muitos outros, um elemento caracterizador das sociedades camponesas, ou seja, a condição de *part society* (Kroeber) (7).

Este elemento é um dos pontos básicos, implícito no modelo proposto por Otávio Velho (8) acerca do campesinato no Brasil. Segundo este autor, o campesinato deve ser visto através de um "continuum" em cujas extremidades estão situações de máxima campesinidade e, no pólo oposto, de máxima proletarização, ficando os casos concretos inseridos ao longo deste *continuum*, como casos intermediários. Numa situação de máxima campesinidade, a comunidade mantém uma grande autonomia em relação à sociedade envolvente, sem deixar de ser *part society* do sistema abrangente; no caso oposto, os produtores apresentam-se despojados da pro-

priedade dos meios de produção e passam a ser tragados pela economia de mercado.

As situações concretas da Amazônia comportam uma análise à luz deste modelo, pois nessa região há comunidades que estão física e socialmente mais afastadas dos grandes centros e, portanto, menos vulneráveis à compulsões externas; noutras, cuja dependência é mais acentuada, ocorre a situação inversa. Por isso, as situações concretas tendem mais à especificidade do que propriamente a generalizações. Importa dizer, ainda, que o universo das comunidades amazônicas apresenta-se bastante diversificado, no interior do qual assumem a campesinidade e a proletarização graus variáveis de intensidade.

Examinou-se o segmento de pescadores de Tamaruteua segundo esta perspectiva, isto é, tomando-o como um caso intermediário do *continuum* já mencionado, o que tornou possível o dimensionamento de sua situação de dependência em relação ao sistema envolvente.

O trabalho de campo foi realizado com base na observação participante e com o auxílio de entrevistas. No momento, um artigo está sendo elaborado enfocando as modalidades de produção pesqueira e sua organização correspondente, as formas de repartição do produto e as relações de mercado. Assim, dentro de mais algum tempo, teremos condições de oferecer análises mais apuradas sobre os pescadores de Tamaruteua.

NOTAS

(1) — Espinhel, anzoleira, bóias, remos, sistemas de poitas, velas. O que não é produzido localmente é adquirido fora da comunidade.

(2) — Marapanim é o pólo urbano intermediário entre Tamaruteua e Belém.

(3) — As potencialidades pesqueiras do local têm atraído não só esses compradores mas também pescadores de centros congêneres para a prática da pescaria, particularmente os de Marudá, Camará (do próprio município), além, dos de Curuçá, São Caetano de Odivelas, Santo Antonio de Tauá e outros.

(4) — Este projeto está sendo desenvolvido por pesquisadores do Museu Goeldi e seus objetivos consistem em apontar e analisar os problemas pertinentes àquela região, que vem sofrendo retração em certos setores de seu sistema econômico em decorrência de compulsões externas e, ao mesmo tempo, oferecer subsídios para os estudos de campesinato que vêm se desenvolvendo no Brasil.

(5) — FIRTH, Raymond — *Malay fishermen: their peasant economy*. Londres, Kegan Paul & Co, Ltda, 1956.

(6) — AMORIM, Paulo Marcos — Índios camponeses (os Potiguara de Baía da Traição). *Revista do Museu Paulista*. N. S., Vol. XIX, São Paulo, 1970/71.

(7) — KROEBER, — *Anthropology*. New York, Harcourt, Brace and Co., 1948.

(8) — VELHO, Otávio Guilherme — “O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro” *América Latina*, 12 (1), R. J., 1969.

Lourdes Gonçalves Furtado

Ivete Herculano do Nascimento

Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará